



## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Parecer nº 17/2021 da CCJR sobre o Projeto de Lei Complementar nº 02/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a retificação da numeração das leis complementares a partir do ano de 1993 do Município de Pariquera-Açu. .

### **I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME**

1. O projeto em epígrafe dispõe sobre a retificação da numeração das leis complementares a partir do ano de 1993 do Município de Pariquera-Açu.
2. Na Mensagem consta que a proposta se justifica na necessidade de retificar a numeração das leis complementares sancionadas e promulgadas a partir de 1993 que não mantiveram a sequência numérica, conforme prevê o art. 2º, §2º, II, da Lei Complementar nº 95/1988.
3. É o relatório.

### **II - VOTO DO RELATOR**

4. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.
5. A matéria é de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República Federativa do Brasil.



6. A iniciativa legislativa é comum, nos termos do disposto no art. 44 da Lei Orgânica Municipal<sup>1</sup>.

7. No que se refere à técnica legislativa, o art 1º do projeto de lei não atende aos termos do art. 10, inciso II, da Lei Complementar nº 95/88, o qual dispõe que os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos. Assim, é necessário que, se aprovada, a matéria retorne a esta Comissão para a correção do texto na redação final.

8. **Quanto à juridicidade**, não óbice para a deliberação da matéria em Plenário e, neste tocante, acompanhamos o entendimento exarado no Parecer Jurídico nº 16/2021, itens 7 a 10.

9. Por fim, registramos que, para que a presente propositura seja aprovada será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara (cinco votos), em um único turno de votação, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 47 da Lei Orgânica.

### **III – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade e legalidade da proposta, pelo que somos **FAVORÁVEIS** a sua deliberação pelo plenário da Câmara Municipal.

Por fim, solicitamos que, se aprovada, a matéria retorne a esta Comissão para elaboração da redação final.

---

<sup>1</sup> Art. 44. A iniciativa das Leis complementares e Ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP**

**CNPJ: 44.303.683/0001-21**

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

---

Sala das Comissões, 26 de maio de 2021.

**PROFESSOR URIAS**

Relator

**PELAS CONCLUSÕES:**

**MILTON TICACA**

Presidente

**CARLINHOS ASSPA**

Membro